



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 536673 - RS (2019/0294407-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JOSE SALVADOR CASTRO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REGIME SEMIABERTO. FALTA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. PRISÃO DOMICILIAR COMO PRIMEIRA OPÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA SÚMULA VINCULANTE 56. ACÓRDÃO IMPUGNADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Jose Salvador Castro da Silva**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que deu provimento ao Agravo em Execução n. 70082125600, nos termos da seguinte ementa (fl. 218):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. APENADO CUMPRINDO PENHA EM REGIME SEMIABERTO. INCLUSÃO NO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DEFINIDOS NO RE 641.320/RS.

Ao deferir o benefício, deve-se privilegiar os apenados há mais tempo inseridos no regime de pena intermediário e/ou mais próximos da obtenção do regime aberto, não sendo possível proceder à inclusão automática dos presos beneficiados no programa especial de monitoramento, de forma aleatória, sob pena de ocorrer em flagrantes injustiças entre os apenados, pois seria possível que um indivíduo, próximo de encerrar a execução de sua pena, permanecesse encarcerado, ao passo que outro, com saldo maior a cumprir e condenação mais recente, fosse posto em liberdade. Em conclusão, não obstante o acerto da decisão em reconhecer a possibilidade de deferir a Inclusão dos presos no sistema aberto e semiaberto no sistema de monitoramento eletrônico em razão da ausência de vagas em estabelecimento penal compatível, deve ser observado o critério isonômico estabelecido REsp 1710674/MG, priorizando-se o sistema progressivo vigente. RECURSO PROVIDO. UNÂNIME

Daí o presente *writ*, em que a Defensoria Pública alega que *não há vagas em estabelecimento penal próprio para os regimes aberto e semiaberto* (fl. 4) e que *claramente há constrangimento ilegal e violação constitucional na manutenção do preso em local impróprio para o regime semiaberto* (fl. 6).

Requer, em liminar, a suspensão do acórdão atacado e, no mérito, a concessão da ordem *a fim de que seja permitido ao ora paciente cumprir sua pena em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, conforme condições estabelecidas pelo magistrado da vara de execuções criminais* (fl. 13).

Liminar indeferida (fls. 232/234).

Informações prestadas (fls. 250/251), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 253/260).

É o relatório.

A ilegalidade passível de justificar a impetração do *habeas corpus* deve ser manifesta, de constatação evidente, o que, na espécie, não ocorre. Afinal, a Corte estadual decidiu o tema em questão conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ora, de acordo com o acórdão impugnado, ao deferir o benefício da prisão domiciliar em situações como a dos autos, *deve o órgão executivo privilegiar os apenados há mais tempo inseridos no regime de pena intermediário e/ou mais próximos da obtenção do regime aberto, não sendo possível proceder à inclusão automática dos presos beneficiados no programa especial de monitoramento, de forma aleatória, sob pena de ocorrerem flagrantes injustiças entre os apenados, pois seria possível que um indivíduo, próximo de encerrar a execução de sua pena, permanecesse encarcerado, ao passo que outro, com saldo maior a cumprir e condenação mais recente, fosse posto em liberdade* (fl. 221).

E, segundo o entendimento da Terceira Seção desta Casa, adotado no julgamento do REsp n. 1.710.674/MG sob o rito dos recursos repetitivos, da relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, não é possível a concessão da prisão domiciliar como primeira opção, sem prévia observância dos parâmetros traçados no RE n. 641.320/RS. Na oportunidade, foi estabelecida a seguinte tese (Tema 993):

A inexistência de estabelecimento penal adequado ao regime prisional determinado para o cumprimento da pena não autoriza a concessão imediata do benefício da prisão domiciliar, porquanto, nos termos da Súmula Vinculante n. 56, é imprescindível que a adoção de tal medida seja precedida das providências estabelecidas no julgamento do RE n. 641.320/RS, quais sejam: (i) saída antecipada de outro sentenciado no regime com falta de vagas, abrindo-se, assim, vagas para os reeducandos que acabaram de progredir; ii) a liberdade eletronicamente monitorada ao sentenciado que sai antecipadamente ou é posto em prisão domiciliar por falta de vagas; e (iii) cumprimento de penas restritivas de direitos e/ou estudo aos sentenciados em regime aberto.

Dessa forma, estando o acórdão do Tribunal local em conformidade com a nossa jurisprudência, não há falar em constrangimento ou flagrante ilegalidade.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator